



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1015860-20.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
Requerente: **Iris Nelida Fernandez de Queiroga Petraglia**
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

IRIS NELIDA FERNANDEZ DE QUEIROGA

PETRAGLIA ajuizou ação declaratória de inexistência de débito com tutela de urgência contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** alegando que as operações que envolveram transferência de recursos entre a autora, seu marido e sua irmã tratam-se de investimentos na forma de melhorias e incrementos em imóvel da autora que encontra-se em nome de sua irmã. Desta forma a autora celebrou empréstimo com seu marido e sua irmã para fazer frente a melhorias no imóvel que de fato lhe pertence. Afirmou que não recebeu doação e nem fez favor a sua irmã sendo que o que ocorreu entre as partes foram operações de empréstimo. Aduziu que estas operações foram lançadas nas declarações de IR por equívoco como doação e já foram retificadas, porquanto não deve haver a incidência de ITCMD. Em razão desses fatos, pretende a título de tutela de urgência a suspensão da exigibilidade dos créditos decorrentes das notificações, bem como a suspensão de qualquer medida exprobatória, inscrições em cadastros de devedores referentes à créditos tributários e ao final a procedência da ação com declaração de inexigibilidade dos créditos tributários objeto da Notificação NSE-ITCMD nº 494/17 e 132-B/2017 – PT DEAT 2017, que devem ser anulados. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Citada, a ré apresentou contestação. Sustentou, em resumo que as operações mencionadas na inicial se tratam de doações inexistindo qualquer prova de se tratam de empréstimos, gerando a obrigação de pagamento de ITCMD. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica. Saneado o feito foi determinada a produção de prova pericial, que restou prejudicada em virtude da desistência por parte da autora.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispensa-se a produção de prova oral porquanto não tem o condão de prostrar a robusta prova material constante nos autos.

A ação é improcedente.

Na tentativa de ilidir a autuação fiscal, sustenta a autora a não ocorrência de fato imponible do ITCMD, haja vista não ter havido, como entendeu o Fisco Estadual, doação, mas sim empréstimo realizado entre a autora, seu marido e sua irmã.

No autos inexistente qualquer prova de que houve entre as partes empréstimo e não doação. Afinal, é de se reconhecer que não é prática comum a celebração de contratos de empréstimo sem qualquer tipo de formalidade, sobretudo quando os valores são lançados na declaração do Imposto de Renda. Ainda os documentos de fls. 51 e 52, se tratam de mera declaração e somente foram feitos após 3 meses da notificação para pagamento do ITCMD e mais de 4 anos após a declaração de IR em que se deu o fato gerador do imposto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Assim, caso se aceitasse as alegações constantes da inicial, sem qualquer outro elemento probatório, se permitiria a manipulação do fato gerador do ITCMD pelo contribuinte, o qual poderia qualificar livre e indiscriminadamente doações como empréstimos ou qualquer outro negócio jurídico não tributado.

Nada há nos autos que comprove a realização de empréstimo entre as partes mencionadas na inicial. A autora não trouxe aos autos contrato de empréstimo, comprovação hábil de pagamento do todo ou parcelas. Assim, tendo em vista a presunção de veracidade e legalidade dos atos administrativos e a ausência de qualquer prova que demonstre sua inadequação, de rigor a manutenção do ato impugnado.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

P. I.C

Araraquara, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**